

A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO NO CONTEXTO ACADÊMICO E SUA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

HELOÍSA HELENA SANTANA

Discute-se a revisão do currículo de biblioteconomia e como a extensão se articularia nesse contexto. Trata-se de falar da formação de profissionais, de currículo e tudo o que acompanha essas questões. É praticamente impossível falar em formação de profissionais e currículos sem entender a universidade e sem contextualizá-la. No artigo *Os tucanos e o projeto avestruz*, publicado [em 23 de maio de 1996] na seção Debates da *Folha de S. Paulo*, o professor Rogério Cerqueira Leite fala da universidade como a principal instituição encarregada de produzir e difundir conhecimentos, colocando o ensino como algo um pouco menor que a produção de conhecimento: “A universidade que não produz conhecimentos não é universidade”. É contra essa instituição que se faz uma campanha sistemática de descrédito que, no momento, principalmente se coloca em cima de um chavão: o antagonismo entre o ensino básico e o superior. O objetivo dessa crítica é reduzir as verbas, retirar recursos, mudar o modelo da universidade. Cerqueira Leite acaba dizendo: atrás desse discurso do governo existe um pensar a sociedade brasileira dentro de uma visão de avestruz — 30 g de cérebro está muito bom, não precisa investir mais na universidade —, que acaba por dilapidar toda a construção que fizemos durante muitos anos nas universidades. As estatísticas mostram que a universidade ainda é a instituição que mais

produz conhecimento no Brasil.

O que tudo isso tem a ver com ensino e extensão? Para discutir currículo e formação profissional, é preciso retomar a questão da própria função social da universidade, passando por uma análise crítica da universidade brasileira hoje. Será que produzir conhecimentos é mesmo a condição *sine qua non* da universidade? Ela pode se restringir a formar profissionais? Como se coloca a extensão? A que vem de fato a universidade?

A universidade teve na sua origem a função primordial de ensinar, embora já havia na Antigüidade clássica escolas de nível superior num modelo em que o mestre — o centro das ações — dialogava com seus discípulos. A universidade é fundada como instituição no final da Idade Média, tida como um órgão de elaboração do pensamento medieval, sendo a igreja católica responsável pela unificação do ensino. O dogmatismo era, então, a palavra-chave. É claro que, mesmo nessas condições, muitos pensadores eram independentes e lançaram novas idéias. É com a Idade Moderna que surge uma considerável diversificação do conhecimento e a fragmentação dos órgãos responsáveis pela transmissão do saber. O conceito medieval de universidade torna-se

inconsistente com a realidade, o movimento renascentista, a reforma. A própria ciência vem mudar sua estrutura em que dizer alguma coisa que não era a verdade oficial era passível de Inquisição.

É no século XIX, em função da industrialização, que a universidade medieval é substituída pela universidade napoleônica ou francesa, cuja concepção leva à perda do sentido de universidade unitária, no qual o conhecimento é só um e verdadeiro, havendo uma crescente aquisição do caráter profissionalizante, conseqüência do espírito positivista e pragmatista do Iluminismo. Em função disso, existe uma universidade preocupada em formar profissionais para servir de forma mais pragmática a comunidade. Surge, também, a mentalidade da pesquisa científica: a ciência passa a ser o centro que vai dar respostas a toda problemática trazida pela modernização. A universidade busca, então, uma liderança nesse pensamento e torna-se centro de pesquisa. Um exemplo é a Alemanha com uma universidade de modelo humboltiano, em que o homem deve descobrir, formular e ensinar ciência, considerando as transformações de sua época. Uma universidade buscando autonomia como condição para questionar, investigar e propor soluções para problemas levantados pela atividade humana.

No Brasil, o ensino superior inicia-se com a marca da universidade napoleônica: vários cursos profissionalizantes em instituições isoladas, começando em 1808, com a vinda da família real, pois Portugal, diferentemente da Espanha, não permitia às suas colônias o ensino

superior. Os cursos eram medicina, direito e engenharia, com o objetivo de preparar quadros técnicos para o governo e a igreja. A pesquisa nessas instituições era apenas episódica. Em 1931, com o estatuto da universidade brasileira, surge pela primeira vez o ensino superior sob a concepção de universidade moderna, incluindo a pesquisa como sua função. O estatuto permitia a reunião de três escolas, formando uma universidade, e propunha, pela primeira vez, a extensão como função da universidade. Vários autores têm mostrado que esse modelo tem relação com os modelos econômicos que perpassaram toda a história do país. Em 1931, a universidade brasileira cumpria sua função através do ensino, porque isso era suficiente para que o país formasse seus dirigentes — o modelo socioeconômico só pedia isso: não havia necessidade de mão-de-obra especializada. Com Getúlio Vargas e a introdução de um novo modelo econômico, em que a ênfase era a industrialização, a universidade procura se modernizar, ocasião em que a pesquisa entra legalmente. A idéia era garantir o desenvolvimento autônomo. (Vejamos a contradição: montamos as nossas universidades, lutamos por autonomia, pesquisa e produção de conhecimento e, de repente, hoje, podemos ficar como o caso do avestruz: toda essa estrutura pode vir a baixo).

No início, a extensão universitária era a idéia de que a universidade deveria transmitir os seus conhecimentos e que a cultura superior deveria ser posta à disposição do povo. A extensão ganhou corpo aparecendo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961. Entre

1960 e 1964, na esteira das lutas pelas reformas de base, estudantes e professores começaram de fato a se envolver na questão da extensão. Nessa época, a crítica sobre o elitismo da universidade nos levava à rua, queríamos levar o que sabíamos para a população. Surgiram movimentos de alfabetização, os centros de cultura popular que, na medida que a ditadura se iniciou, foram destruídos e as pessoas, cassadas. Esses movimentos não estavam oficialmente dentro da universidade que, enquanto instituição, não os assimilava; os movimentos ocorriam apesar dela. Os estudantes se organizavam através dos centros acadêmicos e iam para a rua trabalhar em alfabetização etc. Eram movimentos que aconteciam meio às cegas, mas que ensinavam muito porque se percebia todo um mundo praticamente desconhecido.

Como a extensão ressurgiu? Por contraditório que pareça — na verdade, não há contradição —, é o próprio governo que a resgatou: já na reforma de 1968, a extensão passou a ter peso dentro das universidades, tendo, inclusive, muita verba. Surgiram os grandes projetos do MEC: Rondon, *campus* avançado etc. A universidade de 1968 era vista como uma empresa moderna de prestação de serviços, tendo como princípios norteadores a produtividade, a racionalidade e a eficiência, colocando-se também um certo peso na pesquisa, mas a extensão estava à parte. A universidade de 1968 era para a formação de recursos humanos: a Lei 5540 incluiu a pesquisa como indissociável do ensino. Por outro lado, havia toda uma preocupação do desenvolvimento tecnológico sob controle — o país importou durante anos pacotes tecnológicos,

formando profissionais nas universidades como mão-de-obra capaz de gerir esses pacotes; na verdade, éramos bastante tolhidos em colocar as pessoas para pensar. A maioria das universidades brasileiras nasceu nessa fase, a época do *boom* em que se investiu — todas sob o modelo de empresa eficiente. Imediatamente, fecharam-se cursos de filosofia, história etc. — cursos que punham para pensar não interessavam. O interesse era a tecnologia. A universidade tinha que ser suficiente também para vender produto, prestar serviço.

A redemocratização do país nos levou a repensar todas essas práticas, período em que houve movimentos docentes de luta nas universidades. A extensão era bombardeada porque era puramente assistencialista. Houve uma reflexão teórica aliada a uma prática mostrando que não era isso — o Fórum Nacional de Extensão começou a discutir em 1985. Em 1987, surgiu uma concepção diferente: a extensão vista como a saída da universidade meramente para levar o que esta sabia e produzia à população carente começou a ser vista como um meio para pensar em ensino e pesquisa. A concepção que surgiu de todo esse debate é a de uma extensão articuladora do ensino e da pesquisa, ou seja, a extensão em si não é nada, não existe como uma função específica, ou não deveria existir; na verdade, deveria ser um meio capaz de mudar a mentalidade das pessoas.

A extensão em sua nova versão é um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa, viabilizando as funções básicas da universidade junto à sociedade, numa

relação de interação, intercâmbio e transformações mútuas. Ir à comunidade para enxergar a sociedade e suas necessidades e o que esta tem também para nos passar, e não simplesmente ir para prestar um serviço como qualquer empresa. A universidade tem que transcender essa questão e pensar num sistema de trocas que possa levar realmente a uma transformação. Os objetivos da extensão seriam: articular ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses da sociedade; estabelecer um fluxo bidirecional entre conhecimento acadêmico e conhecimento popular, e ações de apoio e estímulo à organização da comunidade para que esta possa resolver seus problemas; possibilitar ao aluno prática profissional que contribua para a formação da consciência social; e contribuir para a alteração das concepções e práticas curriculares.

A extensão não deve ter uma natureza nem de serviço nem assistencialista; deve ter uma natureza realmente acadêmica porque vai ser um fator de interferência na formação crítica do aluno, uma produção do conhecimento pela [reunião] de saberes e também uma visão de democratização do saber acadêmico, a transformação social e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Tem, sobretudo, uma vertente política, muito mais do que técnica ou teórica, que é a visão da mudança, porque se uma instituição é capaz de produzir conhecimento, essa é a instituição que deve ser capaz de pensar a realidade.

A extensão com um fim em si mesma não deveria existir, o que não significa que os projetos de extensão devam ser jogados no lixo, muito pelo contrário, eles estão sendo o caminho de modificação. A idéia é entrar em contato com as questões que a sociedade traz e que deveriam estar presentes na universidade, não significando ser contra a pesquisa de ponta, só que esta tem que vir para problemas do cotidiano, atendendo melhor a população, existindo também para a maioria. Na universidade, temos duas funções básicas e uma articuladora: ensino, pesquisa e extensão, entre as quais deveria haver um movimento de influências mútuas, através de projetos e cursos, em que há também a questão da interdisciplinaridade. A troca, o intercâmbio modificando as práticas de extensão e os currículos para que as práticas do profissional sejam contextualizadas e mostrando que existem mudanças.

(1) Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina - UEL